



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING INTERNET

08/02/2018 ATÉ 08/02/2018

INDÍCE

1	CEMULHER	
	1.1 SITE O MARANHENSE.....	1
2	DECISÕES	
	2.1 BLOG DANIEL AGUIAR.....	2
	2.2 BLOG DANIEL MATOS.....	3
	2.3 BLOG PÁGINA 2.....	4
	2.4 BLOG ZECA SOARES.....	5
	2.5 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	6
	2.6 SITE MA 10.....	7
	2.7 SITE MARANHÃO HOJE.....	8
3	PLANTÃO NO TJMA	
	3.1 SITE TV GUARÁ.COM.....	9
4	PRESIDÊNCIA	
	4.1 BLOG RUBENS JÚNIOR.....	10

Adriano Sarney defende concursados de Amarante

8 de fevereiro de 2018

O deputado estadual Adriano Sarney (PV) defendeu a efetivação dos cargos de centenas de pessoas que passaram no concurso público para a Prefeitura de Amarante, mas não conseguem exercer as suas funções por conta de uma disputa na Justiça. Em seu discurso na Assembleia, nesta quarta-feira (dia 7), o parlamentar clamou à atual gestão municipal, em nome do bom senso, do bem-estar da população e do bom andamento da máquina pública, para que se chegue a uma solução para o problema, respeitando a decisão em vigor do Tribunal de Justiça, que é favorável aos concursados, assegurando-lhes o direito aos cargos que conquistaram legitimamente.

“Eu apoio os concursados e acompanho o desenrolar do caso desde o início e, juntamente com o advogado que defende a causa deles, vamos ingressar o mais rápido possível com uma ação judicial para que a Prefeitura obedeça a decisão do Tribunal de Justiça. Na Assembleia, paralelamente, também entrarei com o requerimento solicitando à Prefeitura de Amarante que faça esse chamamento o mais rápido possível desses funcionários, servidores efetivos que passaram no concurso público legitimamente”, declarou Adriano

O concurso teve como finalidade o preenchimento de centenas cargos como vigia, auxiliar de serviços gerais, enfermeiro, professor nível 1 e biólogo, entre outros. O deputado revelou que ainda há uma pendência jurídica a ser resolvida em relação aos concursados que concorreram a cargos de enfermeiro e enfermeiras. O parlamentar afirmou que está acompanhando o caso e que espera um desfecho favorável o mais breve possível, conforme os trâmites da Justiça.

Deputado Adriano Sarney defende concursados de Amarante

Por Daniel Matos • quinta-feira, 08 de Fevereiro de 2018 às 09:27

O deputado estadual Adriano Sarney (PV) defendeu a efetivação dos cargos de centenas de pessoas que passaram no concurso público para a Prefeitura de Amarante, mas não conseguem exercer as suas funções por conta de uma disputa na Justiça. Em seu discurso na Assembleia, nesta quarta-feira (dia 7), o parlamentar clamou à atual gestão municipal, em nome do bom senso, do bem-estar da população e do bom andamento da máquina pública, para que se chegue a uma solução para o problema, respeitando a decisão em vigor do Tribunal de Justiça, que é favorável aos concursados, assegurando-lhes o direito aos cargos que conquistaram legitimamente.

“Eu apoio os concursados e acompanho o desenrolar do caso desde o início e, juntamente com o advogado que defende a causa deles, vamos ingressar o mais rápido possível com uma ação judicial para que a Prefeitura obedeça a decisão do Tribunal de Justiça. Na Assembleia, paralelamente, também entrarei com o requerimento solicitando à Prefeitura de Amarante que faça esse chamamento o mais rápido possível desses funcionários, servidores efetivos que passaram no concurso público legitimamente”, declarou Adriano

O concurso teve como finalidade o preenchimento de centenas cargos como vigia, auxiliar de serviços gerais, enfermeiro, professor nível 1 e biólogo, entre outros. O deputado revelou que ainda há uma pendência jurídica a ser resolvida em relação aos concursados que concorreram a cargos de enfermeiro e enfermeiras. O parlamentar afirmou que está acompanhando o caso e que espera um desfecho favorável o mais breve possível, conforme os trâmites da Justiça.

MPMA pede prisão preventiva de ex-prefeito

Investigação do MPMA levou à prisão de José Haroldo Carvalho

Em 8 de Fevereiro de 2018

A Promotoria de Justiça de Cândido Mendes ingressou nesta quarta-feira, 7, com um pedido de prisão preventiva contra José Haroldo Fonseca Carvalho, ex-prefeito do município. No pedido, o promotor de justiça Saulo Jerônimo Leite Barbosa de Almeida afirma que as condutas do ex-gestor configuram crime de peculato, além de haver fortes indícios de associação criminosa.

“Importantíssimo destacar que o representado vem, a todo custo, buscando meios para se esquivar da aplicação da lei penal, chegando ao ponto de alternar o modo e o lugar em que vive, trocar periodicamente o número de telefone celular, bem como utilizar linhas cadastradas por terceiros, tudo isso buscando embaraçar qualquer espécie de persecução criminal que porventura tivesse como alvo a sua pessoa”, afirma Saulo de Almeida.

O ex-gestor foi preso nesta terça-feira, 6, pela Superintendência Especial de Investigações Criminais (Seic), com base em uma investigação desenvolvida pela Promotoria de Justiça da Comarca de Cândido Mendes. O pedido de prisão temporária do ex-gestor havia sido feito em 17 de outubro do ano passado, pelo promotor de justiça Marcio Antonio Alves de Oliveira.

INVESTIGAÇÃO

O procedimento investigativo instaurado pelo Ministério Público, em agosto de 2017, teve como objetivo apurar supostas irregularidades na execução do convênio nº 732195, firmado entre o Município de Cândido Mendes e a Fundação Nacional de Saúde para a construção de um aterro sanitário no município. Embora a verba tenha sido repassada pelo Governo Federal, a obra nunca foi feita.

As investigações apontaram a existência de um esquema de desvio dos recursos públicos, coordenado pelo então prefeito “Zé Haroldo”, que teria sido o principal beneficiado, se apropriando do dinheiro por meio de pessoas de sua confiança.

Vários depósitos foram feitos na conta da empresa A E M Construções Ltda. - ME, totalizando R\$ 250 mil. Desses, 95% (R\$ 237,5 mil) voltaram para o gestor municipal, por meio de depósitos na conta de seu cunhado, Clayton Costa Pereira. Os 5% restantes ficaram com a empresa, que não executou a obra.

Além de José Haroldo Carvalho, já preso, e de Clayton Pereira, que está foragido, o Ministério Público também pediu a prisão temporária de Cássia de Francislin Costa Gandra Carvalho, esposa de Zé Haroldo.

Por ter filhos menores de 12 anos, a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão transformou a prisão temporária da ex-primeira dama em medidas cautelares como o recolhimento domiciliar noturno e o comparecimento em juízo, a cada 30 dias, para justificar suas atividades.

O irmão do ex-gestor, Adérito Carvalho Filho, também foi preso temporariamente, em outubro do ano passado, tendo confessado a participação no esquema criminoso e apontado José Haroldo Carvalho como comandante do esquema.

Rubens Pereira Júnior prestigia abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa do Maranhão

Postado em 6 de fevereiro de 2018 por Rubens Pereira Jr

O deputado federal Rubens Pereira Júnior (PCdoB) acompanhou o governador Flávio Dino durante sessão solene realizada nesta segunda-feira (5), para assinalar o início do ano legislativo. Na ocasião, Dino apresentou as conquistas dos últimos três anos de governo e anunciou investimentos nas áreas de educação, segurança pública, segurança alimentar, saúde e valorização dos servidores, dentre outras áreas. A cerimônia foi realizada no plenário Nagib Haickel, da Assembleia Legislativa.

Flávio Dino lembrou que compareceu a todas as sessões de abertura do ano da Assembleia na atual legislatura e classificou a participação no evento como um dever constitucional. “Mais do que uma formalidade, é um dever constitucional de prestar contas aos parlamentares e à sociedade.”

“A Assembleia representa a plenitude da democracia porque o Parlamento é a casa mais importante para quem acredita na soberania popular, como eu acredito”, disse. Flávio Dino acrescentou que a Casa tem papel central no debate e na prestação de contas das ações do Governo.

Para o governador, prestigiar a abertura dos trabalhos é “um modo de aperfeiçoarmos e aprendermos sempre com aquilo que a Assembleia tem a sugerir, debater, criticar e propor. É o engrandecimento da atividade de Governo”, frisou.

Ele frisou ainda que levou aos parlamentares uma “mensagem de diálogo, que é sempre a marca que nós buscamos”, além da necessidade da manutenção da harmonia, o que vem se dando desde o início da gestão.

Investimentos

De acordo com o governador, o Estado já fez R\$ 2,6 bilhões em investimento nesta gestão. “Em 2018, teremos um investimento superior a R\$ 1 bilhão”, acrescentou.

“Trabalhamos pela manutenção e pela ampliação dos serviços públicos. Tomamos conta das demandas estaduais e temos lançado mãos generosas de apoio aos municípios”, disse.

Na saúde, o governador destacou a ampliação do número de leitos hospitalares: um incremento de 42%, possível, principalmente, a partir de ações como a abertura e manutenção de seis novos hospitais de alta complexidade no interior.

O Governo do Maranhão também inaugurou o Hospital de Traumatologia e Ortopedia (HTO), aumentando de 80 para cerca de 400 a capacidade de cirurgias desse tipo na rede hospitalar estadual. A inauguração do HTO possibilitou também que o Hospital Tarquínio Lopes, que antes atendia esses casos, fosse dedicado

exclusivamente para o tratamento dos pacientes de câncer. É a primeira vez que o Maranhão conta com um hospital na rede estadual exclusivo para esta finalidade.

No campo educacional, foi destaque na mensagem governamental a consolidação do programa Escola digna. Segundo os dados apresentados, mais de 700 prédios escolares e cerca de 60% dos estudantes já foram diretamente beneficiados pelas ações do programa.

Outras 40 escolas devem ser entregues nas próximas semanas. O governador destacou ainda a compra de 720 mil uniformes escolares para estudantes da rede estadual e a compra de mais 60 ônibus escolares que deverão ser entregues aos municípios nos próximos meses.

No âmbito da alfabetização de jovens e adultos, o destaque é o programa Sim, eu Posso!, que iniciará o terceiro ciclo em abril. A educação integral para o Ensino Médio, antes inexistente, foi consolidada: atualmente são mais de 40 escolas de tempo integral em todo o estado.

No âmbito da segurança, os dados apresentados pelo governo durante a sessão solene listam 900 novas viaturas entregues para reforçar o sistema de segurança e a descentralização do Centro Tático Aéreo (CTA), que passou a atender a mais de 80% dos municípios maranhenses com patrulhamento aéreo e regate aeromédico, entre outras ações.

Na atual gestão, os servidores também foram valorizados: foram mais de 8.000 promoções de servidores públicos e 2.500 progressões - um processo que, garantiu o governador, continuará este ano.

Novas ações

Flávio Dino anunciou ainda para este ano a abertura de mais dois hospitais: o Hospital Regional do Baixo Parnaíba, em Chapadinha, e o novo hospital dos servidores, em São Luís. Está em fase de licitação, também, o Hospital de Urgência e Emergência da Ilha - que será localizado na Avenida São Luís Rei de França.

A garantia das condições para o exercício pleno da cidadania será destaque. Esta semana, com a inauguração da unidade de Barreirinhas, o governo do Maranhão atinge a marca de 50 unidades do Viva - eram apenas seis em 2014.

Outras ações a serem concretizadas em 2018 são a abertura de mais uma Casa da Mulher Brasileira, desta vez em Imperatriz; e a entrega de 2.041 apartamentos para servidores, no Parque Independência.

O ensino superior também terá reforço: será inaugurado mais um campus da Universidade Estadual do Maranhão, em São Bento, e novos campi em São Luís. Já a Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UemaSul) vai ganhar campi em Imperatriz e Estreito - este último, em parceria com a prefeitura local. O campus da UemaSul em Açailândia, por sua vez, deverá ser reformado e ampliado.

Parceria

O presidente da Assembleia Legislativa, Othelino Neto, disse que a Casa "vai continuar com seu dever de fiscalizar o Poder Executivo e propor leis". Ele acrescentou que "vários projetos que passam por aqui têm sido amplamente discutidos porque temos a compreensão deste novo momento pelo qual passa o Maranhão".

O líder do governo na Assembleia, Rogério Cafeteira, ressaltou que o Maranhão vem fazendo grandes

investimentos em infraestrutura e educação, diferentemente da maioria dos Estados. “Se levarmos em conta o momento pelo qual o Brasil passa, acredito que o Maranhão se tornou referência na questão administrativa.”

Além de Rubens Júnior, também compuseram ainda a mesa de honra da solenidade: o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim; os deputados federais Weverton Rocha e Eliziane Gama; o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior; o presidente da Câmara de Vereadores de São Luís, vereador Astro de Ogum; o Procurador Geral de Justiça do Maranhão e os deputados estaduais Ricardo Rios e Stênio Rezende, 1º e 2º secretários da Mesa Diretora da Alema, respectivamente.

Com informações da SECAP

Adriano defende concursados de Amarante

Por Zeca Soares • quinta-feira, 08 de Fevereiro de 2018 às 10:00

O deputado estadual Adriano Sarney (PV) defendeu a efetivação dos cargos de centenas de pessoas que passaram no concurso público para a Prefeitura de Amarante, mas não conseguem exercer as suas funções por conta de uma disputa na Justiça. Em seu discurso na Assembleia, nesta quarta-feira (7), o parlamentar clamou à atual gestão municipal, em nome do bom senso, do bem-estar da população e do bom andamento da máquina pública, para que se chegue a uma solução para o problema, respeitando a decisão em vigor do Tribunal de Justiça, que é favorável aos concursados, assegurando-lhes o direito aos cargos que conquistaram legitimamente

“Eu apoio os concursados e acompanho o desenrolar do caso desde o início e, juntamente com o advogado que defende a causa deles, vamos ingressar o mais rápido possível com uma ação judicial para que a Prefeitura obedeça a decisão do Tribunal de Justiça. Na Assembleia, paralelamente, também entrarei com o requerimento solicitando à Prefeitura de Amarante que faça esse chamamento o mais rápido possível desses funcionários, servidores efetivos que passaram no concurso público legitimamente”, declarou Adriano

O concurso teve como finalidade o preenchimento de centenas cargos como vigia, auxiliar de serviços gerais, enfermeiro, professor nível 1 e biólogo, entre outros. O deputado revelou que ainda há uma pendência jurídica a ser resolvida em relação aos concursados que concorreram a cargos de enfermeiro e enfermeiras. O parlamentar afirmou que está acompanhando o caso e que espera um desfecho favorável o mais breve possível, conforme os trâmites da Justiça.

Foto: Agência Assembleia

O empreendimento está sendo construído na região do Golfão Maranhense, na localidade Cajueiro, na Vila Maranhão, zona rural de SL

SÃO LUÍS - As obras de implantação do Terminal Portuário de São Luís devem ser paralisadas imediatamente, atendendo a pedido do Ministério Público do Maranhão (MP-MA), a decisão foi concedida pela Vara de Interesse Difusos e Coletivos de São Luís, no dia 1º de fevereiro, por meio de Ação Civil Pública. O documento obriga a empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda, responsável pela obra, a paralisar a construção, sob pena de multa diária de R\$ 50 mil.

O empreendimento está sendo construído na região do Golfão Maranhense, mais precisamente na localidade Cajueiro, na Vila Maranhão, zona rural de São Luís. A empresa pretende instalar quatro terminais de carga e providenciar o desassoreamento das áreas próximas ao berço e a construção de píeres de atracação.

Na decisão, o juiz Douglas de Melo Martins designou o dia 11 de abril para a realização de audiência de conciliação.

Na Ação Civil Pública, a 2ª Promotoria de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente apontou como causas para requerer a paralisação dos serviços, entre outras questões, a retirada de vegetação protegida de corte e irregularidades no procedimento de licenciamento ambiental. Além disso, o local é área de mangue, circunstância que não foi verificada no licenciamento.

“A empresa WPR já desmatou extensa área, com supressão de vegetação da citada localidade, amparada por licenças e autorizações obtidas em licenciamento eivado de vícios e irregularidades”, afirma, na ação, a promotora de justiça Márcia Lima Buhatem, que está respondendo pela 2ª Promotoria de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente.

A representante do Ministério Público aponta que uma das irregularidades no processo de licenciamento consistiu num documento apresentado pela empresa que a autorizaria a realizar supressão de mata. Ocorre que tal autorização é datada de 2 de junho de 2016 e a licença de instalação é posterior, ou seja, de 2 de agosto de 2016.

MPMA pede prisão preventiva de ex-prefeito de Cândido Mendes

No pedido, o promotor de justiça afirma que as condutas do ex-gestor configuram crime de peculato

07 Fev 2018 Cândido Mendes

Nesta quarta-feira (7), a Promotoria de Justiça de Cândido Mendes ingressou com um pedido de prisão preventiva contra José Haroldo Fonseca Carvalhal, ex-prefeito do município. No pedido, o promotor de justiça Saulo Jerônimo Leite Barbosa de Almeida afirma que as condutas do ex-gestor configuram crime de peculato, além de haver fortes indícios de associação criminosa.

“Importantíssimo destacar que o representado vem, a todo custo, buscando meios para se esquivar da aplicação da lei penal, chegando ao ponto de alternar o modo e o lugar em que vive, trocar periodicamente o número de telefone celular, bem como utilizar linhas cadastradas por terceiros, tudo isso buscando embaraçar qualquer espécie de persecução criminal que porventura tivesse como alvo a sua pessoa”, afirma Saulo de Almeida.

O ex-gestor foi preso nesta terça-feira (6) pela Superintendência Especial de Investigações Criminais (Seic), com base em uma investigação desenvolvida pela Promotoria de Justiça da Comarca de Cândido Mendes. O pedido de prisão temporária do ex-gestor havia sido feito em 17 de outubro do ano passado, pelo promotor de justiça Marcio Antonio Alves de Oliveira.

Histórico

O procedimento investigativo instaurado pelo Ministério Público, em agosto de 2017, teve como objetivo apurar supostas irregularidades na execução do convênio nº 732195, firmado entre o Município de Cândido Mendes e a Fundação Nacional de Saúde para a construção de um aterro sanitário no município. Embora a verba tenha sido repassada pelo Governo Federal, a obra nunca foi feita.

As investigações apontaram a existência de um esquema de desvio dos recursos públicos, coordenado pelo então prefeito “Zé Haroldo” que, segundo o Ministério Público do Maranhão, teria sido o principal beneficiado.

Vários depósitos foram feitos na conta da empresa A E M Construções Ltda. - ME, totalizando R\$ 250 mil. Desses, 95% (R\$ 237,5 mil) voltaram para o gestor municipal, por meio de depósitos na conta de seu cunhado, Clayton Costa Pereira. Os 5% restantes ficaram com a empresa, que não executou a obra.

Além de José Haroldo Carvalhal, já preso, e de Clayton Pereira, que está foragido, o Ministério Público também pediu a prisão temporária de Cássia de Francislin Costa Gandra Carvalhal, esposa de Zé Haroldo.

Por ter filhos menores de 12 anos, a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão transformou a prisão temporária da ex-primeira dama em medidas cautelares como o recolhimento domiciliar noturno e o comparecimento em juízo, a cada 30 dias, para justificar suas atividades.

O irmão do ex-gestor, Adérito Carvalho Filho, também foi preso temporariamente, em outubro do ano passado, tendo confessado a participação no esquema criminoso e apontado José Haroldo Carvalho como comandante do esquema.

Adriano Sarney defende nomeação de concursados em Amarante

por Aquiles Emir - 8 de fevereiro de 201805

O deputado estadual Adriano Sarney (PV) defendeu a efetivação dos cargos de centenas de pessoas que passaram no concurso público para a Prefeitura de Amarante, mas não conseguem exercer as suas funções por conta de uma disputa na Justiça.

Em seu discurso na Assembleia, nesta quarta-feira (07), o parlamentar clamou à atual gestão municipal, em nome do bom senso, do bem-estar da população e do bom andamento da máquina pública, para que se chegue a uma solução para o problema, respeitando a decisão em vigor do Tribunal de Justiça, que é favorável aos concursados, assegurando-lhes o direito aos cargos que conquistaram legitimamente.

“Eu apoio os concursados e acompanho o desenrolar do caso desde o início e, juntamente com o advogado que defende a causa deles, vamos ingressar o mais rápido possível com uma ação judicial para que a Prefeitura obedeça a decisão do Tribunal de Justiça. Na Assembleia, paralelamente, também entrarei com o requerimento solicitando à Prefeitura de Amarante que faça esse chamamento o mais rápido possível desses funcionários, servidores efetivos que passaram no concurso público legitimamente”, declarou Adriano

O concurso teve como finalidade o preenchimento de centenas cargos como vigia, auxiliar de serviços gerais, enfermeiro, professor nível 1 e biólogo, entre outros. O deputado revelou que ainda há uma pendência jurídica a ser resolvida em relação aos concursados que concorreram a cargos de enfermeiro e enfermeiras.

O parlamentar afirmou que está acompanhando o caso e que espera um desfecho favorável o mais breve possível, conforme os trâmites da Justiça.

Juíza auxiliar do CNJ diz que projetos da Cemulher devem ser compartilhados nacionalmente?

08/02/2018 06:00:26

A desembargadora Angela Salazar, presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (Cemulher/TJMA) recebeu, nesta terça-feira (6), a visita da juíza auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Andremara dos Santos, e da assessora colaboradora do CNJ, Luiza Helena Lemos da Cruz.

Elas foram recebidas na sede da Coordenadoria - localizada na Rua do Egito, Centro -, quando conheceram os projetos sociais e demais atividades desenvolvidas pela Cemulher, apresentados pela coordenadora Administrativa, Danyelle Bittencourt, entre eles: "Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano", "Cine Mulher", "Lei Maria da Penha: caminhos para a reconstrução da cidadania e paz familiar" e o programa da Rádio Web Justiça do Maranhão "Violência de Gênero em debate".

Para a magistrada Andremara dos Santos, saber in loco dos projetos da Cemulher - os quais ela já tinha conhecimento pelos relatórios enviados ao CNJ - é muito mais inspirador e motiva a gerar um compartilhamento com as outras coordenadorias da Mulher. "Muito importante a atuação, motivação de todos os juízes, inclusive com a participação masculina. É muito gratificante verificar a materialização desses projetos e programas e reconhecer o apoio institucional a eles", declarou.

A desembargadora Angela Salazar agradeceu o incentivo e disse ser importante a presença de um representante do CNJ para conhecer pessoalmente o trabalho da Coordenadoria da Mulher. "Esse é o nosso objetivo: fazer um trabalho em parceria com o CNJ, com outras instituições, porque a questão do enfrentamento da violência doméstica contra a mulher é de toda a sociedade. Esse é um reconhecimento de nosso trabalho, que divido com nossa equipe", afirmou.

Participaram da reunião as juízas Larissa Tupinambá (3ª Vara de Pedreiras e assessora da Coordenadoria) e Kariny Reis (auxiliar da Corregedoria) e o técnico judiciário Francisco Gomes.

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar foi instituída em 2011 e visa atender todo o Maranhão, oferecendo um conjunto de ferramentas para o enfrentamento à violência doméstica e familiar através da articulação com a Rede de Enfrentamento e execução de projetos e políticas institucionais.

POSTLINK%%

Expediente no Tribunal de Justiça tem alterações a partir desta sexta-feira (9)

A partir desta sexta-feira (9), o expediente do Judiciário estadual maranhense sofrerá alterações devido ao feriado de Carnaval.

Na sede do Tribunal de Justiça do Maranhão, Corregedoria Geral da Justiça e Centro Administrativo da Rua do Egito, todos localizados no Centro de São Luís, o expediente administrativo será encerrado às 15h de sexta-feira (9), devido à movimentação de blocos carnavalescos, conforme determina a Portaria Conjunta nº 2/2018. Segundo o documento, continuam funcionando no horário de expediente normal os setores de Protocolo e Distribuição do TJMA e Protocolo da Corregedoria Geral.

A partir das 18h da sexta-feira (9), inicia-se o Plantão Judicial, que seguirá até o dia 14 de fevereiro, Quarta-feira de Cinzas. De acordo com o Calendário Forense 2018, são considerados feriados os dias 12, segunda-feira, e 13 de fevereiro, terça-feira de Carnaval, e ponto facultativo no dia 14 de fevereiro. O expediente forense somente voltará ao normal na quinta-feira (15).

De acordo com a Diretoria Judiciária, o Plantão Judicial do 2º Grau ficará a cargo dos seguintes desembargadores:

ATÉ O DIA 10/02: Des. Tyrone Silva, auxiliado pelas servidoras Thaís Ramos de Sousa e Vânia Oliveira C. Azevedo (oficiala)

DIA 11/02: Des. José Bernardo Rodrigues, auxiliado pelas servidoras Thaís Ramos de Sousa e Vânia Oliveira C. Azevedo (oficiala)

DE 12/02 A 14/02: Des. Raimundo Melo, auxiliado pelos servidores Mayckerson A. F. Santo e Carlos Augusto Moreira (oficial)

O telefone celular disponibilizado para contato no 2º Grau é o (98) 98815-8344. O serviço funciona em regime de sobreaviso e as demandas são protocoladas exclusivamente pelo Processo Judicial eletrônico (PJe), com algumas exceções.

Com informações do TJMA